

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Grupo de Trabalho – Combate à criminalidade económica, financeira e fiscal - (PJL 204/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 205/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 206/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 207/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 235/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 255/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 256/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 257/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 258/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 259/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 260/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 261/XIII/1.<sup>a</sup> (PS), PJL 262/XIII/1.<sup>a</sup> (PS), PJL 263/XIII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP))

---

**SÍNTESE 2/XIII/2.<sup>a</sup> SL**

Aos 8 dias do mês de março de 2017, pelas 09:00 horas, reuniu o Grupo de Trabalho – Criminalidade económica, financeira e fiscal - (PJL 204/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 205/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 206/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 207/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 235/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 255/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 256/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 257/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 258/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 259/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 260/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 261/XIII/1.<sup>a</sup> (PS), PJL 262/XIII/1.<sup>a</sup> (PS), PJL 263/XIII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP)), na sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados João Paulo Correia (PS) – Coordenador do Grupo de Trabalho -, Carlos Silva (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP), tendo como Ordem do Dia:

- 1. Discussão e votação indiciária das várias iniciativas relativas à matéria objeto do Grupo de Trabalho – criminalidade económica, financeira e fiscal.**
- 2. Outros Assuntos.**

O Coordenador do GT, Senhor Deputado João Paulo Correia (PS), iniciou a reunião pela votação do texto conjunto dos Projetos de Lei n.º 206/XIII/1.<sup>a</sup> (BE) e 261/XIII/1.<sup>a</sup> (PS), passando de seguida à votação do Projeto de Lei n.º 263/XIII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP).

Votou-se depois o texto conjunto relativo aos Projetos de Lei n.º 205/XIII/1.<sup>a</sup> (BE) e n.º 262/XIII/1.<sup>a</sup> (PS). Nesta sede, interveio o Senhor Deputado Carlos Silva (PSD), que alertou para o parecer da CMVM e as suas reticências sobre determinados aspetos.

O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) interveio para solicitar que o Projeto de Lei n.º 204/XIII/1.<sup>a</sup> (BE) fique no GT para ser discutido posteriormente, quando entrarem novas iniciativas sobre a matéria. O BE, enquanto proponente, não se opôs.

Passou-se à votação do Projeto de Lei n.º 207/XIII/1.<sup>a</sup> (BE).

O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) manifestou-se no sentido de adiar, também, esta iniciativa, aludindo a aspetos da iniciativa que considerou deverem ser esclarecidos, nomeadamente a percentagem de detenção de participações sociais para efeitos de identificação dos beneficiários efetivos; o BE opôs-se, enquanto proponente.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) interveio para se manifestar a favor da intenção do diploma, independentemente de detalhes técnicos.

O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) pronunciou-se no mesmo sentido, entendendo, todavia, que a percentagem de 2% é demasiado restritiva.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) lembrou que é a segunda vez que o BE apresenta esta iniciativa e que a atual está parada, há oito meses, neste GT, considerando difícil de compreender que, após este tempo, sem apresentação de propostas de alteração, se depare com a apresentação de uma proposta no próprio dia da votação. Defendeu que a redação não é mais restritiva que a atual. Mostrou abertura para outra redação.

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Grupo de Trabalho – Combate à criminalidade económica, financeira e fiscal - (PJL 204/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 205/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 206/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 207/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 235/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 255/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 256/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 257/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 258/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 259/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 260/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 261/XIII/1.<sup>a</sup> (PS), PJL 262/XIII/1.<sup>a</sup> (PS), PJL 263/XIII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP))

---

O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) levantou a possibilidade de efetuar outra formulação.

O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) propôs dividir a alínea em causa em duas votações diferentes.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) propôs que se votassem em alternativa a redação do BE e a proposta de alteração do PS.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) notou que estava a ser apresentada proposta de alteração à iniciativa do BE com a qual não concorda, notando que desejava manter a percentagem de 2% e que pode incluir as participações qualificadas.

O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) reapresentou a sua proposta votar a alínea em partes diferentes.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) notou que a alínea não pode ser votada em partes separadas e que deve ser apresentada uma proposta de alteração, para que o PCP e os restantes GP possam tomar uma opção.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) reiterou que está disponível para incluir na norma “todas as participações qualificadas”.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS), enquanto Coordenador do GT, resumiu o estado do debate e colocou a debate a proposta de alteração do PS, sendo depois votada a redação original. Foram depois votadas as restantes normas.

O Projeto de Lei n.º 235/XIII/1.<sup>a</sup> (BE) foi votado de seguida, tendo sido objeto de uma proposta de alteração oral por parte do PS, cuja votação foi aceite.

O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) sugeriu que os Projetos de Lei n.º 256/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP) e n.º 260/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP) permanecessem no GT, nos mesmos termos que o Projeto de Lei n.º 204/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), o que foi aceite.

Os Projetos de Lei n.º 255, 257 e 258/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP) foram remetidos a Plenário, dado que não tinham sido votados na generalidade.

Votou-se depois o Projeto de Lei n.º 259/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP).

Todas as votações podem ser consultadas nas páginas das respetivas iniciativas legislativas.

A gravação áudio da reunião pode ser consultada [aqui](#).

Não tendo sido suscitados outros assuntos, a reunião foi encerrada pelas 10:05 horas, dela se tendo lavrado a presente síntese.

Palácio de São Bento, 8 de março de 2017.